

Empresas estatais vão ter a sua estrutura modificada

As empresas estatais vão passar por uma modificação em suas estruturas administrativas de forma a permitir que o presidente da República possa influir diretamente em suas decisões rotineiras e evitar que elas funcionem como verdadeiros feudos dentro do Governo. Na reforma administrativa que será proposta ao Congresso pelo presidente eleito Fernando Collor, o presidente do Conselho de Administração, a mais alta instância decisória de uma estatal, será o chefe de um departamento ministerial que será indicado pelo presidente da República e o ministro a que está vinculada a empresa.

O grande alvo da mudança pretendida por Collor são empresas como a Petrobrás, Banco do Brasil a Siderbrás que ao longo dos anos desenvolveram forte sentimento corporativista em seus quadros de funcionários, com grande capacidade de articular "lobbies" em favor de seus interesses específicos. Mas a mudança valerá para as 230 estatais federais. "Mesmo as diretorias dessas empresas passaram a se ar-

ticular de tal forma com empreiteiras, fornecedores, bancos e até com parcelas do Congresso, que está cada vez mais difícil ao Executivo enquadrá-las na orientação geral do governo", justificou uma fonte ligada ao presidente eleito.

Corporativismo

Hoje, os presidentes das estatais já são nomeados pelo presidente da República o que, em tese, lhe garante autoridade incontestável. Mas acontece que, ou esse presidente nomeado acaba sendo absorvido pelo espírito corporativista das empresas ou mergulha numa interminável briga interna. Nesse último caso poderia ser citado como exemplo o presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, pessoa de confiança do ministro Mailson da Nóbrega e que, por mais de uma vez, insistiu em deixar o cargo por não suportar as pressões internas. O chefe do departamento, que estará ligado à Secretaria Executiva (que por sua vez substituirá os atuais secretários-gerais) reforçará, na visão da equipe de Collor, o poder de ingerência do presidente

da República na vida das estatais. Será, no fundo, uma espécie de fiscal do presidente.

Esse enclave que o presidente eleito vai colocar na estrutura administrativa das estatais reforça a impressão de que ele quer dispor de uma capacidade de ação imediata aos grandes assuntos de seu governo, encurtando o caminho entre decisão e aplicação prática de medidas econômicas e sociais. Ele terá oito secretarias especiais que vão do esporte à defesa econômica, formando uma espécie de estrutura paralela aos 12 ministérios que sobreviverão à reforma administrativa. Além disso, Collor pretende reduzir de 14 mil para cerca de sete mil os chamados cargos de comissão, que percebem a mais alta remuneração do serviço público. O objetivo, nesse caso, não é propriamente de economizar, mas de eliminar cargos de chefia. O presidente eleito está convencido de que, quanto mais escalões intermediários existirem, mais lenta será a máquina administrativa do governo.